O AECT irá notificar a Comissão Europeia sobre a situação de desamparo dos trabalhadores transfronteiriços do minho devido ao encerramento da fronteira

“Fronteira totalmente aberta e com horário completo”. É esta a reivindicação com a qual os autarcas do território do Minhoto insistiram hoje convocados, pelo AECT Rio Minho, e para a qual decidiram endurecer as suas ações: continuarão a tomar medidas institucionais perante a União Europeia e o Ministro da Administração Interna de Portugal, como também organizarão novas ações simbólicas de mobilização social para chamar a atenção de um território que se sente afogado e também “ninguenhado” pelos governos de Madrid e Lisboa.

Será organizada uma nova reunião urgente com o governo português para uma “fronteira aberta na sua totalidade e com horário completo”

Segundo Uxío Benítez, subdiretor do AECT Rio Minho, uma das decisões da reunião dos 26 autarcas foi notificar a Comissão Europeia sobre a situação de desamparo dos trabalhadores e das empresas, visto que o Minho é a fronteira mais dinâmica de todas da Europa e um encerramento como o existente “não ocorre

em outros territórios". "Enviaremos um comunicado e pediremos auxílio para que se interceda junto dos estados", frisou.

Serão também mantidos novos contactos com o Ministro da Administração Interna de Portugal, Eduardo Cabrita, que será instado a revogar a situação actual numa reunião de urgência, dado que até agora o país vizinho tem sido o mais relutante em abrir novos postos fronteiriços autorizados na fronteira.

Nos próximos dias haverá mais ações simbólicas de protesto "tentando conter o ânimo exaltado" de empresas e colaboradores

Essas medidas institucionais, acrescentou Benítez, serão também acompanhadas por novas ações simbólicas de protesto e mobilização social. "Os ânimos das empresas, transportadoras e trabalhadores transfronteiriços estão muito exaltados, e a partir do AECT estamos a mediar para prevenir medidas mais drásticas e conter a agitação, mas mostraremos de modo convincente que este território do Minho não pode ser ignorado,pois isso produz apenas mais raiva e indignação entre os cidadãos", afirmou o nacionalista.

"Existem mais de 6.000 trabalhadores afetados que têm um custo de tempo e dinheiro para aceder aos seus empregos"

Benítez frisou que o AECT vai exigir uma indemnização financeira para os trabalhadores afetados pelo encerramento das fronteiras. "Não existem apenas custos de combustível, mas

também de tempo. Há pessoas que saem uma hora mais cedo para ir trabalhar e, estando duas horas na passagem da fronteira, chegam tarde e têm que compensar as horas perdidas ficando ao final do dia nos seus postos… Isso tem um custo não apenas económico, mas também anímico. E como não se pode compensar por problemas psicológicos, pelo menos que se compense os económicos ”, insistiu.

O vice-diretor frisou que existe uma profunda indignação e incompreensão dos autarcas do território minhoto “face a esta decisão dos estados que não dar ouvidos ao território e não dar ouvidos aos problemas que existem na fronteira mais dinâmica, povoada, com mais relações sociais entre Espanha e Portugal e uma das mais dinâmicas da Europa. Eles não entendem essa realidade e têm ignorado os nossos pedidos para abrir os postos com os controlos sanitários necessários. Existem mais de 6.000 trabalhadores afetados que têm um custo de tempo e dinheiro para aceder aos seus empregos”, insistiu.

Por fim, Benítez destacou a oferta de colaboração dos concelhos de ambos os lados da fronteira para a logística da reabertura das passagens. Apelou também a uma maior coordenação entre os estados e entre estes e os municípios afetados, criticando que muitos autarcas ficaram a saber das últimas alterações nos postos fronteiriços através da publicação do boletim português em vez de uma comunicação oficial direta.

“Queremos a abertura de todas os postos fronteiriços 24 horas”

“Queremos a abertura de todas os postos fronteiriços 24 horas com os exames de saúde necessários e apenas para pessoas que

estejam autorizadas, trabalhadores, transportadores… Não queremos que passe mais ninguém além das pessoas que o devem fazer”, insistiu.